

CONJUNTURA EDUCACIONAL

Iniciamos a análise da conjuntura educacional do país pela educação superior que é o nível de ensino de responsabilidade da União Federal, objetiva e legalmente definida.

A continuidade é a marca do cenário educacional do país na ótica de quem a observa e a analisa a partir da iniciativa privada.

Para além da manutenção do atual ministro neste 2º mandato do presidente Lula, o próprio PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, recentemente anunciado, evidencia a consolidação de uma política de continuidade, tanto pelos aspectos positivos como pelos negativos.

O mais positivo é a ampliação das políticas públicas para a educação em todos os níveis e modalidades, enquanto, por outro lado, não se percebe nenhuma iniciativa mais efetiva de controle da iniciativa privada.

Na educação superior, é de se destacar a criação, no primeiro mandato, de novas universidades federais, política que beneficiou o RS com a UNIPAMPA, instituição multicampi que se alicerçará sobre as extensões da UFPEL e da UFSM em 9 municípios da campanha; melhoria das condições orçamentárias das já existentes e, especialmente, uma vigorosa expansão do ensino técnico e tecnológico através dos CEFET's – Centros Federais de Educação Tecnológica.

Por outro lado, fica evidente o desinteresse do governo Lula pelas questões com potencial conflituoso, vide a reforma da educação superior que se encontra absolutamente parada no Congresso Nacional.

Permanece assim a proliferação de instituições de educação superior e, especialmente, de cursos sem que o MEC, para além de algumas declarações na imprensa sobre restrições a cursos de Direito, tenha efetivado ou proposto alguma política de maiores exigências para a aprovação de novos cursos ou credenciamento de novas instituições.

Todas as expectativas quanto à qualificação da educação brasileira estão depositadas nos processos de avaliação agora previstos também para as séries iniciais do ensino fundamental.

O setor privado continua sua expansão apesar do ritmo mais lento, pelas evidentes limitações da capacidade de pagamento da clientela potencial.

É certamente pelo empenho em continuar aumentando o percentual da população com curso superior, o que depende fundamentalmente da iniciativa privada, que o PDE prevê a conversão de dívidas das instituições em mais bolsas do FIES.

No processo de crescimento em curso, trava-se uma disputa cada vez mais acirrada pela clientela, o que, por sua vez, está impondo maiores dificuldades para as instituições mais complexas, que, face às exigências de maior custo, tencionarão mais as condições de trabalho dos seus docentes.

São as Universidades que têm apresentado mais problemas. Algumas vivendo um quadro de crise que tem exigido a redefinição do padrão de gestão acadêmica e administrativa.

Cabe destacar, ainda, no cenário da educação superior, o crescimento do número de Centros Universitários, porque estão igualmente dotados da cobiçada autonomia para a criação de cursos. Trata-se de uma figura institucional alternativa às Universidades, voltadas apenas ao ensino, sem compromisso com a pesquisa e a extensão.

Por sua vez, são as instituições isoladas que têm crescido mais no país e no RS, submetidas a poucas exigências acadêmicas.

Outro fato marcante na educação superior tem sido a proliferação dos cursos tecnológicos, que, apesar da curta duração, são considerados de nível superior.

É também na educação superior que têm se multiplicado as ofertas de cursos de EaD por todo o país, o que se expressa em uma verdadeira invasão do cenário educacional

gaúcho, especialmente a partir de instituições de outros estados que vêm se especializando nesta modalidade de ensino.

Esta, a EaD, é a principal novidade no cenário educacional do país no último período, potencializada pelas novas tecnologias da comunicação e da interatividade.

Segundo a ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância – houve um crescimento de 91% no número de alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação em 2006. Já são 205 cursos de graduação a distância aprovados pelo MEC.

Com relação às políticas do PDE destinadas à educação superior, merece o reconhecimento deste 8º CEPEP a concessão de 1,5 mil bolsas de Pós-Doutorado que tem o objetivo de evitar a evasão de quadros intelectuais e profissionais altamente qualificados.

Além da bolsa de R\$ 3 mil, haverá ainda uma verba de custeio de R\$ 12 mil anuais para os insumos dos projetos de pesquisa desenvolvidos e selecionados pelo programa.

Educação Básica

A educação básica é da responsabilidade primeira dos estados e municípios no ordenamento legal brasileiro, mas é a ela que se destina a maior parte das ações propostas no PDE, com destaque para a proposta de um piso salarial, avaliado pelas entidades dos professores como insuficiente e distante.

O fato é que o quadro educacional de responsabilidade dos estados continua sua trajetória de deterioração, o que se expressa pelo achatamento salarial dos professores e pelas precárias condições materiais das escolas, desatualizadas de modo geral diante das condições tecnológicas do nosso tempo.

Constitui fato positivo a disposição do MEC, expressa no PDE, de investir direta e indiretamente na qualificação da educação básica, ofertada pelos estados e municípios brasileiros.

No setor privado no RS, diminui o número de alunos na educação básica por conta da diminuição do número de filhos nas famílias, do empobrecimento da classe média e, em alguns municípios, da maior qualificação da escola pública.

As direções de escolas, para se adaptarem a essa nova realidade, demitem professores e colocam mais alunos em sala. Além disso, abre-se uma grande concorrência entre as escolas, que não medem esforços em oferecer aos seus alunos atividades adicionais não remunerando, muitas vezes, o trabalho dos professores.

Para fazer frente também à grande concorrência, as direções têm planejado intermináveis jornadas pedagógicas com o objetivo de manter os professores na escola nos períodos de recesso como se fosse um diferencial de qualidade de ensino.

Nessa conjuntura de grande esforço para manter os alunos na escola, em uma visão de “aluno cliente”, não tem faltado omissão em relação às situações de violência contra os professores, que se vêem muitas vezes solitários, impossibilitados de enfrentar a situação.

Esse cenário educacional tem gerado aumento do nível de adoecimento dos professores, já detectado pela pesquisa sobre o perfil da categoria realizada pelo Sindicato e nas manifestações dos docentes junto ao SINPRO/RS.

Ainda, neste cenário, o SINPRO/RS manifesta seu receio com a expansão da Educação Profissional e a precariedade de regulamentação e fiscalização das instituições que ofertam essa modalidade; o futuro da UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul) também é objeto de preocupação, dada a conjuntura econômica estadual e o perfil político do novo governo. Finalmente, o 8º CEPEP reconhece o caráter positivo da aprovação do FUNDEB como uma conquista importante para a educação nacional, e também faz o destaque positivo da obrigatoriedade da inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio.